CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº. 164/2014
AUTOR – Vereador Toinho Carolino
ASSUNTO – Considera de Utilidade Pública Municipal a Igreja Batista Missionária do Salvador.
RELATOR – Vereador Kiki Bispo

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 164/2014 de iniciativa do edil Toinho Carolino tem o escopo de considerar de Utilidade Pública Municipal a Igreja Batista Missionária do Salvador.

O proponente justifica a proposição em face da necessidade da entidade incrementar suas atividades estatutárias, e apresenta no processo documentos comprobatórios da exigência contida em legislação específica.

Recepcionado em Sessão Ordinária, realizada em 21 de julho do ano em curso, nos termos do Regimento Interno. O Projeto foi encaminhado ao Setor de Análise e Pesquisa, que após análise quanto à duplicidade e documentação solicitada em lei, concluiu que o mesmo preenche os requisitos da legislação (Relatório fl. 78).

Na justificativa, fundamentação obrigatória (art.163 da Resolução 910/1991-Regimento Interno), é destacado o trabalho realizado pela entidade que tem como finalidade principal a pregação do Evangelho do Nosso Senhor Jesus Cristo, fundação de igrejas e congregações, sob o regime de filiais, com as mesmas finalidades que se propõe a igreja central e como finalidade secundária criar e manter creches, orfanatos, centros de recuperação/reabilitação, escolas e cursos profissionalizantes, curso pré-vestibular e outros, desde que não venha ferir os princípios da instituição.

FUNDAMENTAÇÃO JURIDICA

Sobre a competência do legislador municipal para tratar da matéria em debate, dispõe a Constituição da República:

> "Art. 30. Compete aos municípios:
> I – legislar sobre assuntos de interesse local;
> ....."

O assunto também é tratado nos artigos 44 e 46 da Lei Orgânica do Município de Salvador e nos artigos 13, inciso III e 161 da Resolução 910/91 – Regimento Interno.

O autor juntou ao Projeto cópia dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos na Lei 5.391 de 1998, alterada pela Lei 6.246 de 2002, que são: personalidade jurídica, efetivo e contínuo funcionamento há mais de 12 (doze) meses, não ter fins lucrativos, prestação de contas do último exercício financeiro, e gratuidade das funções de seus dirigentes, constantes das fls. 02 a 76 do processo.

VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão manifestar-se quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias que nos foram apresentadas para exame, nos termos do art. 61, inciso II do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 910 de 1991.

A proposição em exame encontra-se em conformidade com o texto constitucional, atende aos requisitos determinados na legislação municipal, Lei 5.391 de 1998, alterada pela Lei 6.246 de 2002, ao disposto no Regimento Interno desta Casa e à boa técnica legislativa (Lei Complementar 95/1998).

Ante o exposto, opinamos pela regular tramitação do Projeto de Lei Nº. 164/2014 com a emenda apresentada

Sala da Comissão, em 04 de agosto de 2014.

Kiki Bispo
Relator e
Presidente da CCJ

Eron Vasconcelos
Vice-Presidente

Alfredo Mangueira

Claudio Tinoco

Geraldo Júnior

Léo Prates

Waldir Pires